

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.901 - AC (2019/0313779-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : JOSÉ ANTÔNIO ALVES  
**ADVOGADOS** : ODILARDO JOSÉ BRITO MARQUES - AC001477  
GOMERCINDO CLÓVIS GARCIA RODRIGUES - AC001997  
**RECORRIDO** : AMANDIO CELESTINO COGO  
**ADVOGADO** : NAIKA ANDREA SILVA TEIXEIRA - AC003998

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS QUE NEM SEQUER FORAM CONHECIDOS. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282 DO STF. 3. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 4. FALTA DE REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA POSSE. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 5. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Na origem, Amandio Celestino Cogo ajuizou ação de reintegração de posse contra José Antônio Alves, tendo em vista ser legítimo proprietário da Fazenda Vista Alegre, devidamente matriculada no Registro Geral do Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Xapuri, a qual é georreferenciada e delimitada com a averbação da reserva legal. Afirmou que o requerido estaria promovendo alterações, sem nenhuma anuência sua na parte da reserva legal da fazenda, realizando atividades incompatíveis com seu desiderato, inclusive cometendo crimes ambientais. Pugnou, assim, para que o réu fosse compelido a retirar seu gado ou qualquer outro pertence dos limites de sua propriedade.

O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido autoral para determinar a reintegração de posse da área, consistente em 70 (setenta) hectares, devendo o requerido desocupar a área do imóvel no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Condenou-lhe ainda ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 20% sobre o valor da causa.

Interposto recurso de apelação, a Primeira Câmara Cível do Tribunal de

Justiça do Acre decidiu, por unanimidade, negar provimento ao apelo, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 293):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. REQUISITOS NÃO CONFIGURADOS. CRITÉRIO DA MELHOR POSSE. TEORIA OBJETIVA DA POSSE. EXTERIORIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FATO. PROVA DOCUMENTAL CONFIRMANDO POSSE EM FAVOR DA PARTE AUTORA/APELADA. APELO DESPROVIDO.

1. O Código Civil brasileiro adotou para o conceito de possuidor a Teoria Objetiva de Ihering, que atribui o direito de posse àquele que melhor exterioriza factualmente sua utilização ou demais atributos que cabem ao proprietário.
2. No caso, não há nos autos provas suficientes para comprovar a posse em favor do apelante, mas tão somente sobre seu "*jus possidendi*".
3. Apelação desprovida.

Opostos embargos de declaração, nem sequer foram conhecidos (e-STJ, fls. 336-339).

Em suas razões, o recorrente, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015; e 1.196, 1.200, 1.205, I, do CC/2002, ao argumento de omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca das provas testemunhais e da documentação apresentada desde a contestação, as quais dão suporte à comprovação da sua posse.

Além disso, aduz que "a não apreciação de todos os argumentos postos à análise do Juízo e, depois, do Tribunal *a quo*, viola - e isto também foi prequestionado - o art. 371 do CPC, do que, evidenciada, portanto, a violação a dispositivos legais federais, o que dá sustentação à interposição do Recurso Especial ora manejado" (e-STJ, fl. 355).

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fls. 363-372).

O processamento do apelo especial foi admitido na origem (e-STJ, fl. 377).

Brevemente relatado, decido.

De início, no que se refere à violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, verifico não estar configurada a omissão e a falta de fundamentação no julgado proferido na

origem. Isso porque a alegação de omissões e contradições no julgamento do recurso de apelação não foi analisada, pois os embargos de declaração nem sequer foram conhecidos, uma vez que o Tribunal de origem concluiu não estarem presentes os requisitos necessários para a oposição dos aclaratórios, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, por não indicar de forma específica os vícios nele descritos, conforme se extrai do seguinte trecho do julgamento dos aclaratórios (e-STJ, fls. 337-339):

Inicialmente, pontuo que o recurso de embargos de declaração tem seu cabimento taxativamente restrito às hipóteses descritas no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, consistente em "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" ou "corrigir erro material".

Consoante a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não se compreende nestas hipóteses a tentativa de rediscutir o mérito da decisão, desprovida da verificação prévia dos vícios descritos no referido art. 1.022, *verbis*:

(...)

Firmadas estas premissas, resulta evidente que o recurso não comporta conhecimento.

Isto se dá tendo em vista que, no arrazoadado em que apontam supostos equívocos nas premissas do Acórdão vergastado, o embargante está, em verdade, tencionando rediscutir tais pontos, sem indicar especificamente qualquer dos vícios descritos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Quando muito, assinala supostas contradições entre os fundamentos do Acórdão vergastado e a prova dos autos, providência que, como visto, não permite a interposição dos aclaratórios.

Ressalto, ainda, que mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração não prescindem da observância dos requisitos do art. 1.022 do Código de Processo Civil. Segue, neste sentido, precedente deste Órgão Fracionário:

(...)

Com estes fundamentos, encaminho pelo não conhecimento dos embargos.

É como voto.

A despeito de as razões recursais terem apontado os dispositivos legais supostamente violados, arts. 1.200 e 1.205, I, do CC/2002 e 371 do CPC/2015, em razão do não conhecimento dos embargos de declaração opostos, cumpre esclarecer que a Corte local não se manifestou quanto ao conteúdo normativo desses dispositivos legais, o que atrai a incidência da Súmula 282 do STF, e também não é o caso de considerar a ocorrência do prequestionamento ficto previsto no disposto no art. 1.025 do CPC/2015, o qual dispõe que:

Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existente erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Além disso, o Tribunal de origem, ao manter a sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido da parte recorrida, asseverou o seguinte (e-STJ, fls. 296-299 - sem grifo no original):

O Código Civil, em seu artigo 1.196, ao conceituar o possuidor, deixa clara a aplicação da Teoria Objetiva de Ihering, dando importância aos fatos exteriores e objetivos da utilização da coisa.

Verificadas estas premissas jurídicas, passo a análise da posse frente ao caso concreto.

Da narrativa dos autos extrai-se que:

(...) que o requerente é legítimo proprietário da Fazenda Vista Alegre, devidamente matriculada sob o nº 94, fl. 01 do Livro 02 - Registro Geral do Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Xapuri. Alega ainda que o referido imóvel é georreferenciado, perfeitamente delimitado em suas confrontações e com a averbação da Reserva Legal. Ocorre que segundo o autor, chegou aos seus conhecimentos que o requerido recentemente passou a promover alterações, sem qualquer anuência do autor na parte da reserva legal da fazenda, realizando atividades absolutamente incompatíveis com seu desiderato, inclusive incidindo em crimes ambientais.

Afirma o autor ainda, que sempre manteve boa relação com o requerido, salienta inclusive que, há alguns anos atrás prestou-lhes serviços como barqueiro. Relata o autor que sempre permitiu que o réu utilizasse um pequeno pasto, cerca de 70 (setenta) hectares. Ademais, não há qualquer dúvida quanto aos limites entre a Fazenda Vista Alegre e a Reserva Chico Mendes.

(...)

Da análise do depoimento pessoal do autor, verifica-se que o requerido era residente e assentado no Seringal Tupá, que faz divisa com a sua propriedade rural (Fazenda Vista Alegre) e que em virtude desta condição de funcionário/prestador de serviços, o autor TOLEROU E PERMITIU que o requerido utilizasse, determinada área de sua propriedade, para criação de poucos animais de pequenos portes, equivalente a 50 (cinquenta) hectares.

Por outro lado, da análise do depoimento pessoal do requerido, verifica-se que este afirma que adquiriu, de terceira pessoa, Raimundo Augusto da Silva, área imóvel consistente em uma colocação de Seringa, localizada no Seringal Lua Cheia equivalente a três estradas de seringas, em 10/06/1990, apresentando, o documento acostado à fl. 78, como prova de sua aquisição, que SOMENTE FOI AUTENTICADO PELO

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE XAPURI EM 18/01/2000 (período em que o requerido já trabalhava para o autor), OU SEJA, HÁ MAIS DE 10 (DEZ) ANOS DA DATA DA, EM TESE ALEGADA AQUISIÇÃO DA ÁREA OBJETO DA DEMANDA.

Pois bem. A ser assim e a considerar a prova apresentada, reputo não existirem motivos para a reforma da sentença objurgada.

Conforme inteligência do artigo 561, do Código de Processo Civil, em que pese seja conferida proteção ao direito do possuidor em casos de turbação, esbulho ou ameaça, a ele incumbe o ônus de provar os atos constitutivos do seu direito e, especificamente, os seguintes requisitos: posse; esbulho ou turbação da posse; a data da turbação ou esbulho; e a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou perda da posse, na ação de reintegração.

Nessa perspectiva, observo que a "melhor posse" foi comprovada pelo apelado/autor.

A documentação acostada aos autos, às fls. 34/50, consiste em relatório elaborado por engenheiro agrônomo/perito agrário do INCRA, em 19.9.2015, e aponta especificamente a área em litígio e sua utilização por parte do apelado, que acompanhou todo o procedimento e levamento de dados relativos ao imóvel apontado.

O relatório apresentado, além de elucidar a localização da área em debate (Assentamento Tupá), que é citado pelo réu/apelante como endereço durante o deslinde processual, atesta, ainda, a ausência de moradia por parte do apelante e de outra benfeitoria - exceto pela própria pastagem plantada - que exteriorize sua posse.

Nesse ponto, sublinho o depoimento da testemunha Raimundo Vanderlei de Oliveira:

(...) que trabalha com o autor há 15 (quinze) anos e que o requerido. Sr. José Antonio Alves trabalhou para o autor: que conhece a área objeto da demanda e que esta área fica dentro da Fazenda Vista Alegre, uma vez que acompanhou a vistoria feita e que esta área não é Seringal Lua Cheia, como afirma o requerido e sim pertence à área da Fazenda Vista Alegre, que foi georreferenciada, por fiscais do INCRA que fizeram a diligência na presença do depoente."

Outrossim, é evidente a falta de precisão por parte do apelante em especificar a área em que de fato reside, limitando-se a juntar documentos relativos à propriedade de uma área chamada "Seringal Lua Cheia", ou "Colocação Lua Cheia", sem, contudo, apontar qualquer fato ou prova que corrobore sua alegada situação de posseiro na área de propriedade do apelado/autor.

E importante, nesse ponto, elucidar que consoante pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, ações possessórias são aquelas nas quais o interessado requer proteção possessória tendo como fundamento a posse em si mesma (jus possessionis). Neste ponto, diferenciam-se das ações petitórias, nas quais a posse é requerida com base nos direitos reais elencados no art. 1.225 do Código Civil nos quais se inclui a propriedade e o direito de seqüela que dela decorre (jus possidendi), nos termos do que dispõe o art.

1.228 do mesmo diploma.

**No caso em tela, os documentos juntados aos autos pelo apelante limitam-se a discutir propriedade - Recibo de Compra e Venda - e domínio de terra - Certidão de Cadeia Dominial - sem, contudo, apontar a verdadeira área em litígio, ou expor sua posse em área específica, não sendo, portanto, suficientes para modificar a determinação imposta na sentença objurgada.**

**Para além disso, a perscrutar os autos, verifico que o apelante aponta residências diversas no decorrer da instrução processual. A fatura de energia elétrica, água e esgoto apresentados, por exemplo, apontam para endereço que não corresponde àquele sobre o qual se discute a posse, deixando ainda mais ininteligível a situação que ora se defende.**

Pelo exposto, encaminho pelo desprovimento do apelo, mantendo inalterada a sentença e todos os seus termos.

Desse modo, atentando-se aos argumentos trazidos pelo insurgente e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

No mais, para infirmar a conclusão do Tribunal de origem de que o recorrente não foi capaz de comprovar a posse sobre a área em litígio, seria necessário o reexame do substrato fático-probatório levado em consideração pelas instâncias ordinárias, o que é vedado no âmbito do recurso especial em virtude do óbice do enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Deixo de majorar o valor dos honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida, porque já fixado no Tribunal de origem pelo percentual máximo de 20%.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator